



GT 052. Política indígena na política não indígena: Experiências de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais.

Luís Roberto de Paula (Universidade Federal do ABC) - Coordenador/a, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Coordenador/a

Apesar da participação indígena em processos eleitorais possuir uma longa e intensa trajetória histórica no país, quando o tema vem à baila, normalmente nos lembramos somente do mandato de deputado federal do xavante Mário Juruna na década de 80. Já tivemos e temos atualmente dezenas de prefeitos, vices e vereadores indígenas com mandatos efetivamente conquistados, espalhados pelos quatro cantos do país, além de uma candidatura indígena à vice-presidência da República. Na contramão de um fenômeno que se torna mais intenso e visível a opinião pública, são ainda raras as pesquisas no campo da etnologia indígena, e mesmo das ciências sociais de modo geral, que tenham como objeto privilegiado de análise a relação entre povos indígenas e processos eleitorais no Brasil. Esse GT busca aglutinar pesquisadores que já tenham produzido investigações sobre essa temática, bem como aqueles que estejam em processo de pesquisa, e que se interessem em apresentar seus primeiros resultados. São bem-vindos pesquisadores de todas as filiações disciplinares, já que um dos objetivos dessa proposta é a de propiciar um debate multidisciplinar, fazendo jus à própria natureza epistemológica do objeto investigado. Será dada ainda especial atenção à inclusão no GT de propostas advindas de pesquisadores indígenas dedicados ao tema, bem como de indígenas que tenham ou estejam ocupando mandatos nos poderes executivo ou legislativo municipais.

Política indígena e política dos brancos?: o protagonismo dos Potiguara nos processos eleitorais na cidade de Baía Traição/PB

Autoria: José Glebson Vieira

A participação dos índios Potiguara nos processos eleitorais em Baía da Traição/PB tem início nos anos de 1960. A partir de então, a expressiva presença indígena e o peso político de suas lideranças têm sido decisivas nas articulações políticas e nas disputas eleitorais e, por conseguinte, na postulação de candidaturas indígenas e na conquista de mandatos para cargos do executivo e legislativo, em Baía da Traição. Um fato marcante aconteceu em 1992, quando foi eleita a primeira mulher indígena para prefeita em Baía da Traição, numa chapa "puro sangue", tendo como vice-prefeito, seu primo e chefe de posto da Funai que a sucedeu por dois mandatos na prefeitura municipal. Com o slogan "A briga do Beiju contra a Lagosta", a campanha se desenvolveu com um forte apelo à união dos índios contra uma empresária da pesca da lagosta, que era "de fora". Assim, o propósito desta comunicação é apresentar a concepção nativa de política e compreender as intersecções da política indígena com a "política dos brancos", dando destaque ao protagonismo indígena na política partidária local. Partirei de uma situação observada em campo no ano de 2008, quando após as eleições municipais foi discutida, no conselho de lideranças, a deposição do então chefe de posto da Funai, por sua participação na campanha eleitoral do candidato vitorioso ("branco") à prefeitura. A mobilização de índios e de lideranças revelou a concepção de que a participação na política partidária - expressão usada mais do que "participação política" - é inevitável, pois "ninguém vive sem a política", e positiva, por ser um instrumento de afirmação da capacidade indígena de construir meios de representação, de ocupar espaços no "mundo dos brancos" e de fomentar as alianças presentes no interior dos grupos políticos, as chamadas "turmas". A política, enquanto atividade, é compreendida por uma dimensão temporal, através da expressão "o tempo da política", que indica seu caráter temporário e exterior (vem "de fora"), e que possui espaço e tempo próprios. É acionada a ideia de que a "política dos brancos" precipita a desestabilização das relações entre as pessoas nas aldeias, porque nela inexistente o respeito mútuo, e também vulnerabiliza as relações que compõem a unidade política do líder marcada pelos valores como



respeito e lealdade que são engendrados, principalmente, pelo parentesco, colocando em risco sua legitimidade. À ?política dos brancos? é atribuída o caráter invasivo e ?sujo?, pois repercute negativamente na política indígena (tida como política ?limpa?). Nela, observa-se a manifestação de divisões internas e seu encompassamento pelo partidarismo e evidencia a possibilidade de transformação dos índios e de sua política, decorrente da incorporação de valores e estratégias dos ?brancos? nas suas ações.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

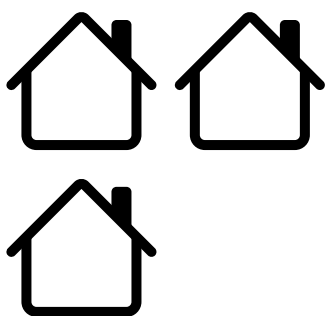
Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

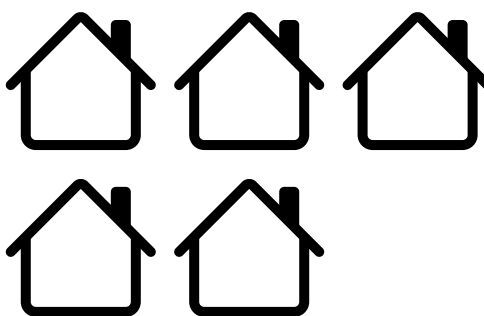
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

